



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE SÂMIA BOMFIM

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_ DE 2024**  
(Da Sra. SÂMIA BOMFIM)

*Requer a aprovação de Moção de Solidariedade ao Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e MPU do Maranhão (Sintrajufe/MA).*

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja aprovada a presente Moção de Solidariedade ao Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e MPU do Maranhão (Sintrajufe/MA) nos seguintes termos:

“A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados presta solidariedade ao Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e MPU do Maranhão (Sintrajufe/MA) diante do julgamento em andamento no plenário virtual pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que visa reformar a decisão de segunda instância que condenou o Sindicato a indenizar um Desembargador acusado de nepotismo.

O Sintrajufe/MA está prestes a enfrentar uma condenação de R\$3 milhões de reais - o que o levará à insolvência - para indenizar por danos morais o mencionado Desembargador, que era gestor do TRT16.

Gabinete Deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP)

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 642 – Brasília/DF  
dep.samiabomfim@camara.leg.br |(61) 3215-5642





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE SÂMIA BOMFIM

Além do prejuízo financeiro imensurável que o Sintrajufe/MA está prestes a sofrer, o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sob a forma virtual empresta uma celeridade deveras inoportuna ao processo, neste momento e neste caso específico, visto que não houve a autorização de envio de sustentação oral do patrono do Sintrajufe/MA.

Diante disso, além de prestar solidariedade ao Sindicato, rogamos também para que, em razão da grande relevância da matéria para os trabalhadores brasileiros, que o julgamento seja levado ao plenário físico do Supremo Tribunal Federal para uma análise mais criteriosa do processo.”

### JUSTIFICAÇÃO

Em 1990, os servidores do Judiciário da União do Maranhão denunciaram práticas de nepotismo na gestão do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (MA). Após a confirmação de todas as denúncias, houve a demissão de uma série de indicados políticos e parentes de magistrados. Esta movimentação foi fundamental para conquistar transparência no Judiciário e incitar debates públicos que culminaram na Resolução nº 07 do CNJ e na Súmula Vinculante nº 13 do STF, que proíbem o nepotismo em todo o serviço público brasileiro, representando uma conquista histórica.

No entanto, as lideranças dos servidores enfrentaram intensa perseguição, incluindo agressões físicas por parte de magistrados contra os servidores, demissões arbitrárias e o uso de *lawfare* com ações judiciais de indenização injustificadas e exorbitantes.

Entendemos que a independência e imparcialidade do Poder Judiciário são fundamentais para a democracia e para o Estado de Direito. No

Gabinete Deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP)

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 642 – Brasília/DF  
dep.samiabomfim@camara.leg.br |(61) 3215-5642





**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE SÂMIA BOMFIM**

entanto, é imprescindível que tais decisões estejam em consonância com os princípios constitucionais e os direitos fundamentais dos cidadãos.

O julgamento em questão suscita preocupações quanto à interpretação e aplicação adequada da legislação trabalhista, bem como à garantia dos direitos dos trabalhadores. Além disso, levanta questionamentos sobre a autonomia sindical e o livre exercício da representação dos trabalhadores.

Mas, no específico caso, mostra-se também fundamental que o julgamento seja realizado no plenário físico da Suprema Corte brasileira, o que corrobora com a reafirmação, nesse caso específico, do compromisso com a defesa dos princípios democráticos, dos direitos trabalhistas e da independência dos poderes constituídos e, repete-se, apela para que a apreciação do processo seja levada ao plenário físico a fim de garantir que a defesa do referido sindicato possa ser assegurada em todos os aspectos.

Pelo exposto, pedimos às deputadas e deputados desta Comissão o apoio à aprovação da presente Moção de Solidariedade.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 2024.

**Deputada SÂMIA BOMFIM**  
PSOL/SP

Gabinete Deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP)

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 642 – Brasília/DF  
dep.samiabomfim@camara.leg.br |(61) 3215-5642

